

ELEIÇÕES DE 2014 NO BRASIL: CLASSES E PROJETOS EM DISPUTA⁺

Roberto Leher*

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Dilma Rousseff venceu uma difícil eleição cujo comparecimento dos eleitores correspondeu a 78,9% dos votantes, obtendo 54.501.118 votos (51,64%) contra o candidato Aécio Neves do PSDB, agremiação que elegeu por duas vezes Fernando Henrique Cardoso presidente (1994 e 1998), que obteve 51.041.155 votos (48,36%), a votação mais apertada desde a redemocratização em 1988. Muitas forças da esquerda (PSTU, PCB e parte do PSOL) defenderam o voto nulo que alcançou 4,63% dos votos, um percentual baixo, considerando as últimas eleições presidenciais (7,35% em 2002, 5,68% em 2006 e 5,51% em 2010).

Frente ao tenso segundo turno da eleição presidencial brasileira, a mesma tem sido objeto de intensa controvérsia entre os partidos e movimentos sociais e, especialmente, entre estudiosos das lutas sociais nas universidades e *blogs* da esquerda, debate que repercutiu em todo o mundo e, em especial, na América Latina.

Embora seja inevitável mencionar as interpretações sobre o que se passou nas eleições presidenciais, o interesse principal do artigo é discutir as perspectivas para as lutas sociais após as eleições, o que exigirá um estudo mais detido das condições objetivas, estruturais, da economia e de como se movem as classes e frações de classes, buscando indicar elementos para compreender a correlação de forças entre as mesmas.

Entre os apoiadores de Dilma Rousseff prevaleceu a narrativa de que, em virtude do caráter “neodesenvolvimentista” do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), privilegiando os setores produtivos em detrimento do setor bancário, os setores dominantes imperializados, liderados pelos bancos e grupos econômicos vinculados aos meios de comunicação, se unificaram em torno da oposição liderada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, no segundo turno, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), conformando um quadro de polarização entre neoliberalismo e desenvolvimentismo, entre imperialismo estadunidense e a integração Sul-Sul (com ênfase na integração latino-americana e com a África), entre um governo pró-mercado e um governo social, estabelecendo um quadro de polarização entre as classes sociais e, portanto, entre direita e esquerda. Neste prisma, como o governo do PT teria feito um governo popular e social, somente a falsa consciência dos setores pauperizados, introjetada pelas corporações da mídia, explicaria a dissonância entre os avanços sociais do governo e os magros resultados eleitorais¹.

Outros, organizados no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em parte do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), examinando as medidas concretas dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, como a mercantilização da educação, as privatizações relexicalizadas como concessões e parcerias público-privadas, a ausência de reforma agrária, as contrarreformas da previdência, a hipertrofia do setor de *commodities* turbinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a reforma gradual dos direitos trabalhistas, objetivando a sua flexibilização e, principalmente, a manutenção dos fundamentos macroeconômicos neoliberais, tudo isso, em conjunto, equipararia Dilma Rousseff e Aécio Neves, pouco

importando um ou outro governo. Algumas dessas forças chegaram a avaliar que a votação expressiva de Aécio significou um novo momento da conjuntura, pois expressaria o fim da hegemonia do PT sobre os trabalhadores, abrindo novo momento de disputa da consciência dos trabalhadores.

Os problemas principais dessas análises decorrem do fato de que secundarizam as classes e frações de classes, trabalhando com implícitos e pressupostos sobre o modo como as mesmas agem, conferindo-lhes homogeneidade indevida e, sobretudo, realizando associações lineares não necessariamente verdadeiras como, por exemplo, a afirmação de que os bancos apoiaram Aécio, enquanto o setor produtivo ficou com Dilma. A posterior indicação do principal dirigente do segundo maior banco privado brasileiro, Luiz Carlos Trabuco, do grupo BRADESCO, para o principal cargo do governo, o Ministério da Economia, comprovaria os nexos com os bancos: embora o dirigente não tenha aceitado o cargo, um de seus auxiliares, diretor do referido banco e membro do Conselho Consultivo do INSPER, Joaquim Levy foi nomeado por Dilma para o estratégico cargo, levando defensores da tese a protestar contra sua nomeação².

A rigor, sem estudos empíricos não é possível afirmar sobre o que pesou na hora do voto nas diferentes regiões do país. Preliminarmente, entretanto, algumas aproximações são possíveis. Não é possível descartar que a concentração de voto em Dilma no Nordeste brasileiro pode ter sido resultante da percepção de que a vida do eleitor pode ter melhorado em algum nível, não sendo, necessariamente, um voto ideologicamente orientado. Existe uma correlação positiva entre a concentração de beneficiários do Bolsa Família³ nos municípios nordestinos com grande número de beneficiários do programa e o voto em Dilma, mas outras variáveis podem ter sido relevantes e, ademais, somente esses votos não teriam assegurado a vitória da atual presidenta. De fato, outros fatores podem ter pesado na escolha majoritária, superior a 65% dos eleitores da região Nordeste, como a ampliação da distribuição de energia elétrica, ampliação dos cursos técnicos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ainda que de curta duração, expansão dos *campi* universitários, a criação de novas universidades e Institutos Federais de Educação Tecnológica, bem como a ampliação das bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e dos empréstimos estudantis, ainda que em cursos mercantis de baixa qualidade e, finalmente, a melhoria da situação econômica (ou a sensação de melhoria) em diversas cidades importantes da região.

A tese de que houve um embate entre a direita e a esquerda parcialmente é verdadeira; de fato, a direita se nucleou em torno de Aécio, e grande parte da esquerda, objetivando impedir a vitória de Aécio, votou em Dilma, posição claramente assumida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo. Entretanto, daí a generalizar um confronto classista aberto no país vai uma grande distância. O mais grave é que a tese da polarização oculta o fato de que Dilma e Aécio se confrontaram em torno da ordem do capital, reivindicando-a. Ambos os candidatos se esforçaram em ganhar o eleitor sustentando que somente as suas respectivas candidaturas permitiriam o bom funcionamento do capitalismo (dependente) (Fernandes, 1968) e da ordem do capital. Cabe salientar, ainda, que o debate eleitoral foi marcado pela ausência de problematização do modelo econômico e dos fundamentos do padrão de acumulação do capital.

Se não houve uma *real* polarização entre a direita e a esquerda, entre o capital e o trabalho, é necessário examinar, ainda que em uma primeira aproximação, como se movimentaram as classes e frações de classes no pleito eleitoral de 2014.

Uma hipótese de trabalho

O presente estudo propõe uma hipótese de trabalho: o bloco no poder logrou coesão crescente no período do ciclo expansivo, compreendido entre 2004-2008, mantendo forte coesão no período mais dramático e incerto da crise (2009-2010), mas, a partir de 2010, assegurada a governabilidade, uma combinação de determinantes como: a redução da taxa de expansão da economia chinesa; a deterioração da economia europeia, e a melhoria, ainda que frágil, dos indicadores econômicos estadunidenses, interrompeu a tendência de valorização do preço das *commodities*, alterando os fundamentos econômicos que sustentou a coesão do bloco no poder. Como é próprio do capitalismo, o novo quadro levou o capital a reivindicar, no plano macroeconômico, ajustes capazes de favorecer a retomada da taxa de lucro do capital e, na esfera da economia cotidiana, a intensificar a exploração do trabalho objetivando a retomada da taxa de lucros.

Nesse contexto, as lutas que, no período expansivo (2004-2009) tiveram como centro de gravidade os embates contra as expropriações no campo e as lutas dos trabalhadores do serviço público, ganharam novos contornos, com a explosão de manifestações urbanas, como as Jornadas de Junho de 2013, e o recrudescimento das lutas sindicais no setor privado. No caso das frações burguesas igualmente ocorreram mudanças expressas na crescente insatisfação nos setores econômicos subjacentes que se manifestaram como oposição a Dilma Rousseff. Essas novas tensões repercutiram de modo decidido no Estado Maior do Capital que passou a ser interpelado por suas bases burguesas e pelas novas configurações das lutas de classes. E, conforme o estudo, foi nesse novo quadro que ocorreu o pleito eleitoral de 2014.

A partir desta hipótese, é necessário considerar, ao longo do presente texto, três eixos interligados:

a) os nexos entre o Estado Maior do Capital e o bloco no poder e deste com os trabalhadores (qual a saída para o confronto: do tipo socialdemocrata, social-liberal ou de teor direitista, conjugando neoliberalismo e expressões próximas ao fascismo, nos moldes da ditadura empresarial-militar brasileira ou, ainda, uma combinação dessas formas?);

b) a situação de crise na região específica da ideologia dominante, publicizadas na forma de embates econômicos entre desenvolvimentistas (muitos vindos da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP) e livre-cambistas (ortodoxos), estes últimos organizados em centros de pensamento como o INSPER, uma instituição de ensino e pesquisa de cariz neoliberal que vem combatendo o dito neodesenvolvimentismo, e *think tanks* ortodoxos como o Centro de Debates em Políticas Públicas (Casa Ibiá, São Paulo), a Casa das Garças (Rio de Janeiro), e

c) o protagonismo das classes e frações de classes que se encontram fora do bloco no poder e a ele se opõe.

1. Dilma Rousseff, Aécio Neves e classes sociais nas eleições presidenciais de 2014

Como assinala Florestan Fernandes em “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”⁴ (SCS), a análise marxista tem como objeto central as classes sociais, colocando em relevo os nexos das frações locais com as hegemônicas, os embates entre as frações de classes fundamentais e, sobretudo, a luta de classes. Como as classes são indissociáveis das relações econômicas, a compreensão da base material da sociedade (base/superestrutura) é indispensável.

O Estado e seus agentes não são uma realidade separada das classes, mas, antes, como teorizou Poulantzas⁵, o Estado é uma condensação material de uma relação de forças. E, ainda, que tal condensação expressa um “bloco no poder” constituído por classes e frações de classes que ocupam o espaço da dominação política. O bloco no poder é constituído pelas classes e frações de classes dominantes: os setores subalternos, classes-de-apoio, não compõem o referido bloco no poder, embora o bloco no poder não prescindia do apoio destes setores que, embora subordinados, compõem as classes-de-apoio do bloco no poder, a exemplo da pequena burguesia, de setores camponeses, de centrais sindicais pro-sistêmicas e de associações de diversos tipos, compreendendo as ONG.

No processo eleitoral, os apoiadores do governo do PT tentaram caracterizar Aécio Neves como o candidato dos ricos. A votação expressiva obtida por Aécio Neves, obviamente ultrapassa, em muito, os setores dominantes que não excedem 3% da população em idade adulta. Cabe destacar que o PT foi derrotado na região do ABCD paulista, então a vanguarda da classe trabalhadora, projetou nacionalmente Lula da Silva.

É também um equívoco supor que foi apenas o voto ideológico da direita que possibilitou a votação conquistada pelo PSDB. Os partidos ideológicos da direita naufragaram em todo país no primeiro turno das eleições. Em 1994, o Partido da Frente Liberal (PFL) era a segunda maior legenda brasileira, tendo 18% dos deputados (89 parlamentares). Em 2002, ano de eleição de Lula da Silva, o PFL seguiu como a segunda bancada, com 16,5% dos deputados da Câmara. Em virtude da perda de representatividade junto aos setores dominantes e à pequena burguesia, cuja base migrou para os partidos da base do governo Lula, o PFL foi renomeado como “Democratas” (DEM). Na eleição de 2014, o principal partido da direita foi reduzido à metade em relação à eleição anterior (2010): 22 deputados, correspondendo a 4,3% da Câmara dos Deputados.

Nas eleições de 2014 os candidatos a presidente que buscaram esse nicho de votos tiveram desempenho irrisório, inferior a 1% dos votos. A direita ideológica está restrita a algumas figuras públicas, como o Deputado Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Popular, uma das agremiações originadas na antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA e depois PFL), com 464 mil votos, sendo o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro e, ainda, a determinadas correntes do pentecostalismo. Entretanto, no campo religioso Dilma saiu na frente de Aécio, obtendo, como Lula da Silva, apoio da poderosa Igreja Universal do Reino de Deus, uma seita com considerável presença partidária e no parlamento, e de outras confissões pentecostais, como a representada pelo candidato derrotado ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Aécio teve de se contentar com o apoio de Silas Malafaia, da modesta Assembleia de Deus Vitória em Cristo, tendência pentecostal consideravelmente mais à direita do que a Universal, mas de muito menor alcance político. A igreja católica não fechou apoio a nenhum dos dois candidatos, embora, à primeira vista, tenha prevalecido uma posição favorável à Dilma Rousseff.

Finalmente, é importante destacar que as eleições foram marcadas por mudanças no comportamento eleitoral de estados que eram consideradas trincheiras consolidadas dos dois partidos. Mas não somente o PT conheceu profundas derrotas em cidades que eram bastiões aparentemente inexpugnáveis, como o referido ABCD paulista ou o Estado do Rio Grande do Sul, governado pelo PT e cujo governador, Tarso Genro, foi fragorosamente derrotado por um candidato sem expressão política, José Ivo Sartori que obteve 61,2% dos votos válidos (estado em que, no segundo turno, Aécio abriu uma vantagem de 455 mil votos). Também Aécio viu sua expectativa de vitória ruir quando a apuração (1º Turno) das urnas de seu estado (Minas Gerais) demonstrou a vantagem do candidato a governador oposicionista, vinculado ao PT e, o que deve ter sido desconcertante, da própria candidata Dilma Rousseff que venceu no estado nos dois turnos das eleições, logrando mais de 500 mil votos de diferença no segundo turno.

Não houve surpresa, no entanto, nos principais redutos do PT e do PSDB, a não ser pela dimensão de suas vitórias. No Nordeste (em especial Pernambuco e Bahia), Dilma somou 11,5 milhões de votos sobre Aécio, neutralizando a acachapante vitória do PSDB em São Paulo. Em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, Aécio obteve 64,31% dos votos válidos, uma vitória que possibilitou ao candidato uma vantagem sobre Dilma de 6,8 milhões de votos, uma vitória estratégica considerando que o estado é a região de maior industrialização e de maior contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do país (32,6% do PIB, 2013, IBGE).

Se não foram apenas os votos dos ricos e da direita ideológica que possibilitaram os 51 milhões de votos no candidato do PSDB, é evidente que outras frações de classes abraçaram a sua campanha. Nas eleições de 2006 e 2010 foi inequívoco que o Estado Maior do Capital apoiou sem cisões importantes respectivamente a reeleição de Lula da Silva e a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff. Algo novo ocorreu em 2014.

Tensões no bloco no poder: a crise econômica se faz política

É necessário examinar a formulação presente na hipótese de que houve cisões no bloco no poder, o que pode ser evidenciado pela interpelação de agentes que manejam a economia subjacente (indústria, agricultura, comércio, serviços etc.) em prol da necessidade de mudança de governo. A opção possível, no segundo turno, foi o apoio ao candidato Aécio Neves. Setores burgueses cujos porta-vozes estavam organizados no INSPER e outros *think tanks* assessoraram a candidata a presidente derrotada Marina Silva (que obteve importantes 21% dos votos) e, logo a seguir, se unificaram em torno de Aécio, a exemplo de Marina Silva e de sua legenda (PSB), e buscaram se impor como as “vozes do mercado” em favor do PSDB. Os bancos, as grandes empreiteiras, o agronegócio internacionalizado, excetuando o setor de produção de Etanol, não demonstraram apoio unificado a Aécio.

No entanto, determinadas frações burguesas dominantes sentiram a pressão vinda da base e se manifestaram em prol deste candidato, expondo a existência de tensões no interior do Estado Maior do Capital. Assim, seguindo a hipótese, é possível postular que essa interpelação vinda das entidades de base da economia foi absorvida por uma parte do Estado Maior do Capital como é possível depreender do pronunciamento de *The Economist*⁶. Esta

manifestação confirma que determinados centros de pensamento da alta burguesia sinalizaram pelo fim do governo Dilma, em prol de Aécio Neves. É necessário destacar que, no contexto do pronunciamento, Aécio explicitou seu compromisso com a banca internacional, indicando o braço direito de George Soros no Brasil, Armínio Fraga, como seu ministro da Fazenda, caso fosse eleito.

A crise no bloco no poder que ampliou o espaço da direita teve seu epicentro nas frações burguesas atingidas pelas consequências da crise, expressas na falência de estabelecimentos comerciais e de serviços (o número de falências requeridas se aproxima de 1,5 mil estabelecimentos/ano no período 2012-2014 e de 630 pedidos decretados/ ano, no mesmo período, sendo a metade delas de médias e grandes empresas⁷), na mudança do perfil das indústrias, na crise do setor agrícola etc., em resumo, uma crise no setor extrativista-exportador. O *déficit* de outubro de 2014 (US\$ 1.117 bilhão) é o maior desde 1998, ano em que o Brasil literalmente quebrou, tendo que ser socorrido, com enorme custo social, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Contudo, a crise não atinge igualmente todas as frações burguesas. Os bancos seguiram tendo lucros extraordinários, comprovando o direcionamento da economia em favor do capital portador de juros e do capital fictício: Bradesco, Itaú e Santander, os maiores bancos privados do país, somaram lucro de R\$ 27,4 bilhões de janeiro a setembro, um aumento de 27% entre janeiro e setembro de 2014⁸. Ademais, outros setores seguiram com sinais contraditórios, como o setor industrial que, a despeito da perda de competitividade internacional – expressa por graves *déficits* de saldo comercial na indústria de transformação (US\$ 49,5 bilhões de janeiro a setembro de 2013 e de US\$ 49,2 bilhões no mesmo período de 2014⁹, *déficit* mais severo nos setores de média e alta tecnologias) e de redução relativa de sua participação no mercado interno – ampliou o uso de sua capacidade instalada para 84% em outubro de 2014¹⁰, o que pode ser explicado pelos incentivos fiscais direcionados para determinados segmentos, mas o resultado geral da indústria é de redução de 1,5% no período 2011-2013¹¹.

Não se tratou, como assinalado, de uma crise geral da economia, nem, tampouco, de hegemonia dos setores dominantes e do bloco no poder. Mas as cisões e tensões entre as frações burguesas confirmam que, embora os setores monopolistas estejam acumulando vorazmente capital, como visto no caso dos bancos, setores vinculados ao agrocombustível, à exportação de soja e de minério de ferro sofrem as consequências da queda do preço internacional dessas commodities e, principalmente, a economia subjacente manifesta evidentes sinais de agravamento da crise. E a combinação dessas insatisfações obrigou o Estado Maior a trabalhar com duas alternativas para presidente, uma majoritária, a de Dilma, outra minoritária, a de Aécio, ambas disputando a melhor forma de conduzir os assuntos da burguesia.

Pelo que foi argumentado até o presente momento, é razoável que o leitor compartilhe a avaliação de que é indevido sintetizar o embate eleitoral como uma disputa que colocou em polos distintos capital e trabalho, explicitando um confronto capital e trabalho. Os setores dominantes, como dito, tiveram porta-vozes em defesa dos dois candidatos. As igrejas pentecostais não fecharam o voto de modo unitário. Os setores subalternos que manifestaram preferência por Aécio, a despeito do esgarçamento das manifestações em favor e contra os

dois candidatos nas redes sociais e mesmo nas ruas, mantiveram seus reclamos nos marcos da ordem do capital. Os setores populares em apoio a Dilma reiteraram a agenda veiculada pela ideologia do desenvolvimento: a polêmica foi sobre quem poderia manejar melhor a ordem burguesa, Aécio ou Dilma!

O Estado Maior do Capital não abandonou a alternativa Dilma Rousseff como é possível depreender das declarações públicas de seus dirigentes¹², inclusive entre diversos intelectuais vinculados à indústria (localizados na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP e no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial-EDI, por exemplo), à agricultura (a presidente da Confederação Nacional de Agricultura, Kátia Abreu, apoiou vigorosamente Dilma) e dos recursos doados para sua campanha, como as doações da gigante JBS, o maior frigorífico do mundo que destinou 80% de suas doações aos partidos que compõem a base de Dilma; da OAS S.A. que doou R\$ 20 milhões para Dilma e R\$ 5 milhões para Aécio¹³ e, até setembro¹⁴, os bancos doaram para Dilma o equivalente à soma dos recursos repassados para os candidatos Aécio e Marina Silva. Ainda assim, o apoio a Aécio se concentrou nas frações burguesas que compõem a *base social* do Estado Maior do Capital, nos analistas das empresas de consultoria vinculadas às finanças, na Associação Brasileira do Agronegócio, em setores influentes dos meios de comunicação que se movimentaram no sentido de dar um basta ao governo “do PT”.

Em virtude de sua influência sobre o conjunto da sociedade, cabe ressaltar o protagonismo dos conglomerados da comunicação (como o grupo Abril, editor da direitista Revista Veja, desde sempre em oposição ao PT), mas também, de modo sinuoso, a Folha de São Paulo e, em certo momento, as organizações Globo que, nas eleições presidenciais de 2010 fizeram uma oposição branda e, no caso da Globo, até sinalizaram um discreto apoio a Lula (2006), mas que, nesta eleição, difundiram como notícia (e como invenção própria) o clamor pelo fim do governo Dilma.

Entretanto, essa movimentação, expressando a existência de tensões entre direção e base, não se materializou como uma crise no Estado. O bloco no poder se manteve relativamente estável, confirmando a maleabilidade das frações burguesas dominantes que ocupam os bastiões do Estado que, após a eleição, vêm atuando em favor da recomposição dos laços entre o Estado Maior do Capital, o governo e os agentes econômicos subjacentes. Evidentemente, isso requererá mudanças nos ocupantes dos principais bastiões de poder, renovação dos ocupantes dos cargos que deverá ser feito em nome da grande política (Banco Central, Ministério da Fazenda etc.) e, para as demais frações burguesas, por meio de indicações balizadas pelo que Gramsci caracterizou como pequena política¹⁵.

Após os estremecimentos eleitorais, ao que tudo indica, o governo Dilma Rousseff será instado a melhor administrar a insatisfação dos agentes econômicos. E para isso, pouco importa a retórica pública, decisivo será o gesto. Apesar de ter criticado Aécio por defender o ajuste fiscal, Dilma não seguirá uma via diferente, conforme entrevista dos novos dirigentes da área econômica¹⁶. E o ajuste fiscal envolverá necessariamente cortes nos gastos sociais e a previdência social será um dos principais alvos. Em nome da estabilidade inflacionária, seguirá elevando a taxa de juros (como efetivamente aconteceu uma semana após a eleição), tornando a taxa básica de juros brasileira novamente a maior do mundo. E para mostrar coerência com os anseios do Estado Maior do Capital, irá frear as conquistas sociais que não estejam *focalizadas* nos muito pobres.

O problema é que a agenda do ajuste fiscal exacerbará contradições que podem não ser facilmente resolvidas, como a harmonização dos lucros do setor financeiro, por meio da maior taxa de juros do mundo e as demandas dos setores que atuam na economia subjacente, sufocados por esses mesmos juros e pela regressiva (pois incide sobre o consumo e os salários) carga tributária cumulativa existente no país, sem a qual os juros não poderiam ser pagos. A fórmula até agora utilizada para “resolver” essa “quadratura do círculo com régua e compasso” foi a redução de tributos e as isenções fiscais para setores específicos da economia. Mas esta opção igualmente mostra sinais de esgotamento, justamente em virtude do aumento dos juros e da crescente bola de neve do estoque da dívida, acarretando crescente pagamento dos juros e serviços da dívida.

De fato, conforme a Auditoria Cidadã da Dívida, em dezembro de 2013, a dívida pública interna alcançou a impressionante cifra de R\$ 3 trilhões (aproximadamente U\$ 1,3 trilhão), acrescida de U\$ 485 bilhões de dívida externa, exigindo do fundo público o pagamento, até o início de setembro de 2014, de R\$ 825 bilhões (51% do gasto Federal). Como o Estado não dispõe de todos esses recursos, lança mão da emissão de títulos da dívida que, entretanto, somente são atraentes para os investidores se portadores de elevadas taxas de juros. O estoque da dívida, assim, não reduz mesmo com a enorme sangria de recursos públicos para fins de amortização e serviço da dívida.

Para seguir pagando os juros, os bancos (e as agências de risco a serviço dos mesmos) reclamam severa austeridade fiscal para viabilizar maior *superávit* primário federal (em 2011 foi de 2,2 % do PIB, em 2014 a previsão é de apenas 0,9% do PIB). A política de isenções fiscais, embora atenda a certas frações burguesas (indústria automobilística, empreiteiras, rebanho bovino, eletroeletrônicos, construção civil etc.), colide com esse objetivo, pois reduz as receitas públicas (somente as isenções federais alcançarão mais de R\$ 100 bilhões em 2014), situação agravada com as perdas de receitas em virtude da sonegação fiscal, especialmente, no mundo das finanças em geral. Conforme o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ) a sonegação de impostos totalizará cerca de R\$ 500 bilhões em 2014. O que o Estado Maior do Capital aponta como alternativa obviamente não é uma reforma tributária que imponha tributação progressiva ao capital (no Brasil, um trabalhador que recebe dois salários-mínimos paga o equivalente a um salário em tributos, entretanto os que operam nas finanças nas bolsas e derivativos em geral são praticamente isentos), nem uma reforma tributária efetiva, mas, antes, um feroz corte nos gastos públicos sociais (a tal disciplina fiscal). Entretanto, como discutido adiante, esta via comporta importantes riscos.

Outro aspecto importante para compreender as tensões no bloco no poder é a coalizão que sustenta o governo Dilma Rousseff. No Brasil, o Estado Maior do Capital financia um largo espectro de forças políticas, objetivando ter o controle da Câmara dos Deputados e do Senado. Evidentemente, ao concentrar os recursos em determinado conjunto de forças partidárias está consolidando uma certa preferência política. Os partidos que compõem a base de apoio da presidenta foram vitoriosos. Formalmente, o tamanho da base é significativo: 304 deputados (60% do total) e 53 senadores (65% do total), mas trata-se de uma base muito mais heterogênea e volátil do que na legislatura que se encerra no final de 2014.

A presidenta Dilma, como seu antecessor, Lula da Silva, tem como principal sustentáculo político o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido de

centro-direita e inequivocamente vinculado aos interesses do capitalismo monopolista, expressando, com precisão, o desenvolvimento desigual do capitalismo e de suas expressões políticas, sintetizadas por Fernandes (1968) como capitalismo dependente. Em 2014, elegeu 66 deputados, mas possui influência sobre outros partidos. O seu alcance abrange os interesses “atrasados” do agronegócio, expresso pela presidência da reacionária Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sob a liderança da Senadora Katia Abreu (PMDB-Tocantins), as oligarquias regionais, com fortes nexos com as corporações da mídia, como o ex-presidente Jose Sarney (PMDB-Maranhão), e poderá formar um bloco parlamentar que, se efetivado, conformará a maior bancada na Câmara dos Deputados, o que levaria para a presidência da Câmara um deputado cujo mote de campanha foi a defesa da família e possui inequívocas relações com o PSDB.

Além do PMDB, outras agremiações de direita compõem o arco de alianças do governo, ainda que não estejam na base formal de Dilma, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que elegeu 25 deputados, representado na coalizão em favor de Dilma por Fernando Collor de Mello (PTB-Alagoas), ex-presidente que sofreu *impeachment*, também vinculado aos monopólios da mídia. Outras agremiações regionais, como o Partido Republicano (PR) (34 deputados) – representado na base governista, entre outros, por Blairo Maggi (PR- Mato Grosso), um dos maiores latifundiários do setor de soja –, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) (que passou de 10 para 21 deputados) – cuja principal expressão em prol de Dilma é Marcelo Crivella (PRB-RJ), representante da Igreja Universal do Reino de Deus – e, ainda, o Partido Social Democrata (PSD), agremiação de direita, liderada pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (37 deputados). A lista do arco de forças de direita é demasiadamente grande para ser reproduzida, mas é indubitável que o governo do PT, organicamente, possui apoio de setores hostis aos trabalhadores.

Não basta contabilizar o número de deputados e senadores por partido para avaliar a força da presidenta no Congresso Nacional, pois, além das bancadas partidárias, é importante considerar o modo como atuam as bancadas para além da aparência das siglas (os verdadeiros partidos muitas vezes são os grupos de interesse!). Embora dividida entre governo e oposição, a bancada evangélica funciona, em diversos embates, como partido com organicidade e, após as eleições de 2014, seu número passou de 70 para 80 deputados federais, sendo uma força muito relevante no parlamento (16% do total de deputados). A bancada ruralista, igualmente cindida entre situação e oposição, segundo estimativas das entidades do setor poderá chegar a 257 deputados, 50% da Câmara.

Não deixa de ser surpreendente que apenas 10 corporações financiaram a campanha de 70% dos deputados federais eleitos (360 deputados), o que significa que essas corporações podem influenciar o voto desses parlamentares. Mostrando os nexos com o governo do PT, os principais financiadores sustentaram Dilma Rousseff, como a “bancada do bife” formada por pecuaristas, setor liderado pela corporação JBS (162 deputados), o banco Bradesco (113 deputados) – cujo presidente teria sido convidado por Dilma para o cargo de ministro da Fazenda, convite que não teria sido aceito –, as grandes empreiteiras (214 deputados) – cujos proprietários e diretores estão entre os citados nos casos de corrupção da Petrobrás –, a Vale mineradora (85 deputados) e a Ambev - indústria de bebidas (76 deputados), entre outras¹⁷.

Embora a quase totalidade dos parlamentares tenha sido bancada pelo capitalismo monopolista e a ele serão fieis, é necessário destacar que a composição do parlamento

expressa, também, a pequena política, grupos econômicos regionais, interesses religiosos e econômicos particulares. Fecham com as demandas gerais do capitalismo monopolista, mas atuam de modo diversificado nas questões sociais e relacionadas ao cotidiano dos chamados cidadãos. É perceptível que está em curso no Brasil um giro conservador e em favor do capital, orientação construída com apoio das maiores corporações.

A direita mostra a sua face

A direita ideológica, embora muito residual em termos eleitorais, se fez presente no movimento real, subjacente, de setores da sociedade que, afinal, quase elegeram Aécio Neves. Com efeito, a direita introduziu novos elementos na conjuntura que são relevantes: a histriônica defesa da família heterossexual e do criacionismo; a defesa da privatização da Petrobras (a Empresa foi um tema central da campanha em virtude da comprovação de grandes esquemas de corrupção que envolvem forças políticas vinculadas ao governo Lula da Silva), a ofensiva contra o governo da Bolívia, supostamente em nome do combate ao narcotráfico, a defesa minoritária de uma intervenção militar no país, e o clamor por uma maior associação aos EUA indicam mudanças no debate político do país. Essas pressões relativamente difusas vindas de baixo colocaram a candidatura do PSDB como o esteio natural dessas vozes.

Passadas três semanas do pleito eleitoral realizado em 26 de outubro, até hoje Aécio Neves e as demais lideranças do PSDB, como o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, precisam repetir e exortar todos os dias que não estão aliados a *essa* direita: o problema é que na campanha, Aécio abrigou, ainda que de modo dissimulado, *essas* vozes que, afinal, levaram a sua campanha eleitoral às ruas! O problema é que *essa* direita tem convocado atos em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff e em apoio a uma intervenção militar, chegando a reunir 10 mil pessoas em São Paulo em 15 de novembro de 2014.¹⁸

O bloco no poder, entretanto, dificilmente se associará a tais manifestações, ao menos não se as condições de governabilidade do governo do PT seguirem estáveis. Objetivamente, os setores orgânicos da direita foram rejeitados nas urnas. Não existem setores econômicos relevantes que se fazem representar por ela. Os ecos da direita nos meios de comunicação sequer se traduziram na interrupção da *débâcle* dos partidos direitistas mais orgânicos, como o Partido Progressista (PP) e Democratas (DEM). Isso não quer dizer que tais investidas não possam ganhar maior proporção. Existe um cenário que pode ser preocupante: caso fique comprovado que o núcleo do governo Dilma conhecia e era conivente com a corrupção na Petrobras, em especial, para obter recursos partidários, o recrudescimento das manifestações será inevitável e, diante de um parlamento gelatinoso e fisiológico como o recentemente eleito, os desdobramentos serão imprevisíveis, lastreando e legitimando a direita que tem insistido no fato de que o problema do governo Dilma é a corrupção.

Cabe observar que a direita orgânica, ideológica, mostrou capacidade de mobilização ao contribuir para a pauta geral das eleições, em especial, em torno dos temas família, aborto, casamento gay, drogas e corrupção. Possivelmente, Aécio Neves teria aumentado a sua votação nos segmentos médios se não tivesse incorporado esta pauta. O mesmo aconteceu com a candidata Marina Silva, que, após defender o casamento gay voltou atrás por pressão

dos “pastores” pentecostais. Mesmo Dilma Rousseff não avançou nessas questões, preferindo não se confrontar com *essa* direita.

2. Dilemas da esquerda socialista

Embora seja indevido considerar o embate eleitoral para a presidência da República no Brasil como um enfrentamento “esquerda” (PT) versus “direita” (PSDB), ou entre “pobres” e “ricos” ou entre “desenvolvimentistas” e neoliberais, contraditoriamente, contudo, diversas correntes da esquerda e mesmo muitos dos militantes que se percebem como esquerda se viram interpelados a ir às urnas para vetar o candidato do PSDB, Aécio Neves, não como apoio a Dilma, mas como reação a um ambiente que favoreceu um discurso reacionário, direitista.

No processo eleitoral, a hostilidade aos trabalhadores pauperizados, em especial nordestinos (em virtude da ampla preferência por Dilma), assumiu proporções preocupantes. Esse discurso encontrou combustível e ganhou capilaridade há muito tempo não vista no país, não apenas nas redes sociais, mas nas ruas. A força dessas movimentações referenciadas em um discurso hostil à esquerda (discurso que inusitadamente associa o PT à esquerda, objetivando, justamente, atacar a esquerda), justificou a reação de setores da esquerda que, embora estejam combatendo o governo Dilma, que se somaram ao movimento vigoroso (especialmente nas redes sociais) “Aécio, Não!” que, afinal, prevaleceu no pleito eleitoral.

Com a retomada dos protestos massivos nas Jornadas de junho de 2013 e em virtude do crescimento das greves em setores estratégicos (transporte, bancos, educação, setores industriais) a expectativa de muitos movimentos e organizações partidárias da esquerda era de um maior protagonismo da esquerda no processo eleitoral. Embora o PSOL tenha crescido nas eleições de 2014, a esquerda não foi uma força suficientemente vigorosa capaz de interferir nos rumos da disputa eleitoral entre duas candidaturas em prol da ordem do capital.

A esquerda socialista, reunida principalmente em três agremiações partidárias, PSOL, PSTU e PCB, teve desempenho modesto no primeiro turno, embora com relevante presença na juventude e nos debates das redes virtuais. O PSOL, representado por Luciana Genro, obteve 1.612.186 votos (1.55%), chegando em quarto lugar; o PSTU, representado por Zé Maria de Almeida, obteve 91.209 votos (0.09%), e o PCB, representado por Mauro Iasi, alcançou 47.185 votos (0,05%).

Seria redundante lembrar que muitos milhões de eleitores sofrem constrangimentos na hora do voto, seja pelas milícias, seja pelo tráfico de drogas, seja pelo latifúndio, seja por receio de retaliações econômicas. Até o Tribunal Superior Eleitoral, em todos os pleitos, reconhece o problema e difunde peças publicitárias sustentando que o voto é secreto! Os gastos publicitários dos grandes partidos, a compra de votos por meio do financiamento de candidatos que buscarão votos para os “candidatos prioritários” cria uma situação de enorme desigualdade nas eleições. O acesso dos partidos da ordem aos negócios públicos nutre uma rede de corrupção que torna os recursos desses partidos, sem exagero, estratosférico. A ordem do capital, além disso, está assentada na subordinação real do trabalho ao capital, engendrando diferentes formas de alienação, afastando muitos trabalhadores da esquerda. No caso brasileiro, outro elemento a considerar é o chamado voto útil: não foram poucos os

eleitores que, ainda que próximos à esquerda votaram, ainda no primeiro turno, em Dilma, temendo que ela ficasse fora do segundo turno.

Retomando a análise dos modestos resultados da esquerda na eleição presidencial, é preciso examinar, também, os outros mandatos em disputa: governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Neste âmbito, as diferenças regionais foram relevantes. A principal agremiação da esquerda, o PSOL, logrou importante votação no estado do Rio de Janeiro. Seu candidato a governador, Tarcísio Mota, obteve 8,92% de votos, praticamente empatado com o candidato do PT. O candidato à reeleição para a Assembleia Legislativa, Marcelo Freixo foi o deputado mais votado do estado, com 4,52% dos votos, compondo uma bancada de 5 deputados estaduais e 3 deputados federais. Nacionalmente, o partido passou a ter 5 deputados federais e 12 deputados estaduais.

As debilidades da esquerda devem-se a muitos determinantes. A sua limitada inserção nas lutas populares, como ficou evidente em 2013, a divisão e concorrência entre as forças políticas, impossibilitando uma frente de esquerda que incidisse sobre a formação política dos trabalhadores, situação que repercute nas disputas sindicais e dos movimentos sociais, expressam a fragilidade do debate estratégico. Ademais, é preciso colocar em relevo o fato de que movimentos sociais, embora socialistas, ficaram subsumidos na estratégia eleitoral do PT, retirando do embate político essas vozes.

A resultante dessas dificuldades repercutiu nos termos do processo eleitoral que, desse modo, foi inteiramente hegemonizado pela agenda da ordem, ainda que com nuances. Não se trata aqui de apontar os poucos votos ou a modesta representação parlamentar obtida nas urnas, mas as dificuldades que repercutem na unidade de ação classista, um grave problema, considerando a agenda burguesa dominante em 2015 que, seguramente, atingirá duramente os trabalhadores.

A fragilidade da presença da esquerda socialista no processo eleitoral brasileiro é um sintoma da situação da esquerda no país. Não foi possível criar uma central classista unitária no Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizado em junho de 2010. A cisão Conlutas, majoritariamente vinculada ao PSTU e INTERSINDICAL, constituída por militantes do PSOL, reflete até os dias de hoje nas disputas sindicais com os setores pelegos. De fato, tem sido comum disputas sindicais em que as forças socialistas se apresentam de modo concorrente. Por isso, não surpreende a não realização da frente de esquerda em 2014. Os votos da esquerda, cerca de 1,8 milhão (frente aos 78 milhões de votos de Aécio e Dilma no primeiro turno), expressa um número modesto, mas relevante de eleitores com perspectivas classistas no país (basicamente, militantes sociais), mas, a considerar as greves e as grandes manifestações de 2013, é necessário indagar se os votos não ficaram aquém do vigor das lutas. A pergunta é necessária, pois, como já mencionado anteriormente, muitas das centenas de milhares de pessoas que foram às ruas claramente expressaram um sentimento de frustração com o PT e, por isso, podem não estar dispostas a novas experiências partidárias. De todo modo, no caso do Estado do Rio de Janeiro, estado em que se localiza a cidade em que as manifestações foram as mais massivas do país, o PSOL teve o seu melhor desempenho eleitoral. Os candidatos do partido, no Rio de Janeiro, reivindicaram as Jornadas e isso pode ter contribuído para o expressivo resultado eleitoral.

A irrupção das Jornadas de Junho de 2013 sugere que a forma de absorção dos conflitos sociais pelo Estado apresenta problemas. O presente estudo examina a hipótese de

que a mediação das centrais sindicais, partidos com origem na esquerda e dos movimentos sociais aliados ao governo esta perdendo legitimidade, justamente por não servir de canal efetivo para as reivindicações dos trabalhadores, inclusive no âmbito do Estado. É possível indicar que as dificuldades de reação do “lulismo” ao avanço da direita no recente processo eleitoral corrobora a referida hipótese.

Não foi possível ao PT convocar nenhum ato massivo em favor de sua candidata. A rigor, a campanha de Dilma ocultou a sua vinculação ao PT! Em todo material publicitário não se via a logomarca do partido. Nos materiais televisivos, em que a identificação partidária é necessária para apresentar a coalizão, somente munido de lupa o espectador encontraria a marca do PT, ainda assim estilizada! Não se constituíram comitês populares, nem ações coordenadas junto aos setores populares. Os apoiadores de Dilma atuaram nas redes sociais, a partir da direção impingida por uns poucos *blogs* e, na maioria das vezes, no segundo turno, realizaram campanha “em nome do menos pior”.

A direção partidária não conseguiu convocar real mobilização social, pois, há 12 anos, nem o PT, nem a CUT politizaram e mobilizaram a sua base em prol de suas demandas. E a política referenciada no modelo do “sindicalismo de resultados” (até meados dos anos 1990, uma característica rejeitada pela CUT), embora possa ter assegurado pequenos ganhos salariais em muitas categorias profissionais, não possibilitou conquistas mais duradouras no âmbito do Estado, visto que a Central não politizou a sua base e a convocou para lutas que ultrapassassem agendas estritamente econômico-corporativas. O mesmo se passou com o PT nos últimos 12 anos: o partido se afastou e desmobilizou as lutas sociais, abandonou a formação política, a organização de núcleos de base etc. Por isso, quando precisaram da mobilização política, não foram capazes de convocar contingentes relevantes de trabalhadores.

De fato, a CUT e mesmo o PT não foram reais interlocutores do governo. Este esteve permanentemente sob a direção de um bloco no poder que faz um uso instrumental do governo petista. A reforma agrária está tão longe dos lugares de poder do Estado que atualmente poucos movimentos nutrem a esperança de ver a questão agrária resolvida apenas por ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Movimento de Desenvolvimento Agrário (MDA). O mesmo pode ser dito sobre a educação, o transporte público, a moradia, os direitos trabalhistas.

O PT e a CUT foram inseridos, por escolha própria, em um terrível círculo vicioso. Perderam apoio social ativo porque não defenderam as conquistas e os direitos sociais demandados pelos trabalhadores, mas não mobilizaram os trabalhadores, em nome da lealdade ao governo, o que poderia, ao menos, manter traços de legitimidade.

A burocratização, a cooptação econômica da direção histórica da Central por meio de sua participação nos bilionários fundos de pensão e na composição dos conselhos das empresas públicas, regamente pagos, aceleraram a institucionalização da Central à ordem do capital, afastando-a das lutas e anseios populares, deixando um “aparente” vazio no cenário político. Cabe sublinhar o “aparente”, pois, objetivamente, os sindicatos de base estão subordinados e atrelados ao aparato cutista e das grandes centrais, bloqueando, de várias formas, a ação da esquerda na base dessas categorias.

A rigor, o estado maior do capital não tem motivo de celebrar essas dificuldades, pois, sem a mediação do PT e da CUT, parte significativa dos conflitos sociais não seriam

passíveis de ser facilmente institucionalizados, podendo, por isso, assumir configuração não desejada e que poderia comprometer o “ambiente propício aos negócios”.

Como assinalado em artigo anterior¹⁹, o fato de que muitas lutas sociais estão acontecendo à revelia do aparato político-sindical dirigido pelo PT, muito provavelmente contribuiu para ampliar as cisões no Estado Maior do Capital; afinal, o grande atrativo de apoiar o governo do PT era a promessa de harmonia entre capital e trabalho. Desse modo, muitos intelectuais orgânicos do capital devem ter considerado essa questão nas avaliações estratégicas do grande capital. Apesar das dificuldades do PT dirigir o conjunto das lutas, pesa a seu favor o fato de que, sem a sua influência, ainda que mais limitada, como ficaria a ordem social do capital, em especial em contexto de novas contrarreformas?

Não deve ter passado despercebido para os intelectuais orgânicos que sistematizam as estratégias burguesas dominantes o fato de que, caso Aécio Neves fosse eleito, ele pouco poderia incidir sobre as lutas sindicais, visto que o seu arco de apoio estaria limitado a Central “Força Sindical”, a segunda maior do país, mas cuja base somente tem se mobilizado por demandas pontuais, econômico-corporativas, sem qualquer nexo com lutas que enfrentem os nódulos de poder do capital. Ademais, a Força Sindical não tem expressão na representação do setor público. As grandes manifestações e greves na Europa contra os cortes dos direitos sociais devem ter sido consideradas no cálculo político: em um contexto de aprofundamento do ajuste fiscal, as lutas poderiam se adensar de modo imprevisível, tornando o ambiente econômico mais instável.

A interrupção do crescimento econômico a partir de 2009, o endividamento crescente das famílias, a estagnação da reforma agrária, a degradação das instituições públicas, o aumento dramático da rotatividade no trabalho e do desemprego, inclusive dos trabalhadores mais qualificados, a persistência dos baixos salários, a deterioração da mobilidade urbana e o elevado custo dos serviços, entre os quais o transporte, a energia, a água etc., tudo isso produz demandas e anseios que os lugares do Estado permeáveis ao diálogo com os trabalhadores não podem responder. Evidentemente, os sindicatos perdem credibilidade quando, deixando de organizar lutas autônomas da classe, busca negociar pequenas concessões no Estado e, frequentemente, nada conquistam de relevante. Por isso, cresce a sensação de que estas organizações não expressam os anseios dos trabalhadores. Foi perceptível a hostilidade de vários setores aos movimentos organizados nas Jornadas de Junho. O ciclo vicioso se completa, pois com a frustração e o afastamento dos trabalhadores de suas organizações, os grupos provenientes do chamado campo progressista que ocupam postos no Estado tornam-se ainda mais frágeis (afinal, de que serve um sindicalista no governo se o seu sindicato está vencido?).

O que talvez não seja considerado na dinâmica da pequena política (mas de certo é observado nos centros de pensamento da grande política) é que, sem esses cinturões protetores (ainda que enfraquecidos), os bastiões de poder tornam-se mais visíveis e, por isso, mais vulneráveis.

Desse modo, a possível retomada dos protestos sociais multitudinários e massivos, sobre os quais o PT e a CUT pouco terão a dizer, interpelaria o Estado que, objetivando institucionalizar os conflitos e demandas terá de elaborar um discurso ideológico direcionado para *dentro* do Estado (sobre o serviço público, o compromisso social, o futuro da nação) capaz de coesioná-lo para levar as contrarreformas adiante. Após o processo eleitoral, é

perceptível que o governo Dilma (e as suas classes de apoio no mundo do trabalho) está elaborando uma formulação centralizada no tema da reforma política, centrando o tema do financiamento público de campanha. Possivelmente, o foco no financiamento seria uma resposta ao fato de que os partidos que compõem a base de apoio do governo estão envolvidos em distintos graus da enorme corrupção na Petrobrás e nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O discurso implícito pode ser assim sintetizado: o roubo de verbas públicas ocorre porque os partidos precisam de dinheiro para financiar suas campanhas; se o financiamento fosse público ninguém precisaria desses recursos e a corrupção seria reduzida. A estratégia dificilmente atenuará as denúncias de corrupção pela oposição e pelos meios de comunicação, pois, como assinalado, são efetivas e estão sendo apuradas pela Polícia Federal por meio de delações premiadas. A corrupção na maior empresa pública, operada por diretores vinculados ao PT e ao PMDB é uma situação objetiva que já reúne na prisão um seleto grupo de diretores da Petrobras e agora (provisoriamente, como se verá!) de presidentes e diretores de empreiteiras que teriam pago suborno para ganhar contratos superfaturados. Conforme o Tribunal de Contas da União, o esquema fraudulento envolve R\$ 10 bilhões em contratos e o montante da corrupção corresponde a aproximadamente R\$ 3 bilhões²⁰). Com isso, o governo Dilma ficará na defensiva e com menor capacidade de realizar iniciativas políticas que afirmem seu governo na sociedade. Em suma, a oposição vai explorar a questão para deixar o governo sangrando até chegar a uma anemia profunda em 2018.

Esse discurso também provoca cisões e fissuras nos grupos que apoiam o governo (em especial no PMDB, mas também em setores do PT e no restante dos partidos da base governista) e, também, na bancada oposicionista dirigida pelo PSDB. Os parlamentares que já conseguiram se credenciar como operadores políticos das corporações não querem alterar a regra do jogo que os favorece e estes são a ampla maioria do Congresso Nacional. Considerando a composição do parlamento a partir de 2015 (como visto, 70% dos parlamentares compõem a bancada de apenas 10 corporações), é plausível que o tema não será encaminhado nesse sentido.

No lugar do financiamento público, os partidos da base e da oposição, com o apoio dos meios de comunicação, argumentam que a reforma política deve reduzir o número de partidos, atualmente superior a 25 agremiações, estabelecendo uma cláusula de desempenho, restringindo a representação partidária aos partidos que obtiverem um certo percentual de votos nacionais, 5%, por exemplo, o que afetaria principalmente os partidos da esquerda socialista.

Em relação aos confrontos advindos do ajuste fiscal, cabe indagar em quais despesas públicas os cortes incidirão. Segundo cálculos dos economistas Gabriel Leal de Barros e Nelson Barbosa, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), subsídios sociais como Minha Casa, Minha Vida, energia, compensações ao regime de Previdência, entre outros, totalizaram despesas que passaram de 0,21% do PIB em 2009 para 1,05% em 2014 (12 meses encerrados em julho). Os mesmos autores destacam que o governo Dilma também elevou gastos de custeio em educação e saúde que foram de 1,89% para 2,4% do PIB desde 2009²¹. São esses tipos de cortes de gastos sociais os citados como possíveis pelos operadores do Estado Maior do Capital.

O encolhimento do Estado social é uma opção que comporta riscos, pois os cortes atingirão muitos milhões de trabalhadores. Se o corte fiscal social for excessivo, acentuando, ainda mais, a queda no padrão de vida dos trabalhadores, o espectro de Junho de 2013, que segue presente na conjuntura brasileira, pode ser retomado na forma de novas manifestações massivas, o que teria consequências imprevisíveis para o governo Dilma, já debilitado pela magra vitória eleitoral e por um Congresso Nacional que, embora a serviço do capitalismo monopolista, terá dinâmica própria, exacerbando a pequena política.

Na perspectiva das lutas sociais no Brasil o discurso do ajuste fiscal já vem sendo objeto de crítica coletiva, em especial no contexto das Jornadas de Junho. Um dos elementos deflagradores desse desencontro foi a realização dos megaeventos, pois as remoções forçadas e os gastos estratosféricos com os estádios ampliaram o contraste com a situação precária do serviço público de educação, saúde, segurança e com o desastre da mobilidade urbana dos moradores das áreas periféricas das megalópoles brasileiras. Embora a magnitude dos gastos com os juros da dívida, superiores a R\$ 900 bilhões em 2013 conforme os estudos do Jubileu Sul, seja muito maior do que os gastos gerais do Estado com a Copa da Fifa, estimados em 27,4 bilhões²², estes foram visíveis a toda população, inclusive por seu direcionamento para os interesses privados, distintamente do complexo e opaco circuito do pagamento dos títulos da dívida.

Diante dessa situação de fraturas na ideologia dominante veiculada pelo Estado a força relativa do governo está sendo aparentemente abalada. Como os dispositivos de controle operados pelo PT e CUT não se mostraram eficazes nas manifestações e mesmo no crescimento de greves, o governo federal tem recorrido ao aparato repressivo com mais ênfase. A associação íntima e indissociável entre capitalismo monopolista e repressão é sobejamente conhecida por todos os que fazem lutas sociais. Cinquenta anos após a deflagração da ditadura civil-militar, as lições sobre como os setores dominantes são capazes de secundarizar suas contendas em prol do objetivo maior do controle social não podem ser esquecidas.

As imagens veiculadas pelos meios de comunicação no final de outubro de 2013, em que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, secundado pelos secretários de segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, e de São Paulo, Fernando Grella, anunciou a criação do sistema nacional de informações, “inteligência” e segurança política, por meio da constituição de consórcio entre os órgãos de segurança federais e dos governos do Rio de Janeiro e São Paulo, não podem sair do foco das análises de conjuntura sobre as lutas sociais. Participarão desse consórcio: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e os seus homólogos nos estados.

Não é difícil dimensionar o quão lato pode ser a noção de abusos nas manifestações. As “pessoas que se organizam com o claro propósito de infringir a lei” podem ser favelados em protestos contra os “efeitos colaterais” da ação policial nas favelas, resultando em crianças e jovens assassinados e que, para protestar, fecham rodovias; a ocupação de terras pelos movimentos do campo e pelos povos indígenas; a ocupação de um prédio público por trabalhadores ou estudantes, em suma, todos os que fazem luta podem ser encarcerados no brutal sistema prisional por delitos políticos.

Trata-se de uma doutrina de segurança que combina duas estratégias interligadas, “guerra infinita” e “guerra às drogas”, uma situação preocupante, tendo em vista que o aparato policial no Brasil é reconhecidamente um dos mais letais do mundo. Entre 2009 e 2013, a polícia matou uma média de 6 pessoas por dia no país, totalizando 11.090 pessoas, a maior parte jovens, negros e pobres nas periferias. Nos EUA, foram necessários 30 anos para alcançar o mesmo número de mortos²³.

Outro aspecto a ressaltar, pois é a outra face da criminalização das lutas sociais, é o fato de que muitos conflitos sociais, sobretudo agrários (e ocupações urbanas dos movimentos de lutas por moradia), tiveram seu desfecho alterado pela ação particularista do poder Judiciário, situação que se repete, cada vez mais, também nos conflitos trabalhistas. A judicialização dos conflitos e do protesto social, por reintegração de posse em áreas reconhecidamente “griladas”²⁴, multas abusivas contra sindicatos em greve, interditos proibitórios contra militantes, demissões politicamente motivadas têm sido recursos crescentemente utilizados pelo Estado.

Se o Estado está buscando formas de atuar na governabilidade, por determinada combinação de persuasão e coerção, a esquerda se verá desafiada a incidir de modo pedagógico na organização das frações da classe trabalhadora que seguem com salários (ou rendimentos obtidos na economia informal) muito baixos, empregos precários, desemprego por desalento crescente (não aferido pelos índices oficiais), endividamento familiar crescente, diante de considerável elevação geral de preços de serviços básicos como transporte, água, energia, telefonia e, também, de alimentos.

Uma questão crucial para ser examinada em profundidade pela esquerda é o fato de que a direita igualmente objetivará incidir sobre os trabalhadores insatisfeitos com as condições de vida. O alcance da crítica da direita à economia é, necessariamente, limitado, impossibilitada que está de criticar os seus fundamentos. Pelo que foi visto na recente campanha eleitoral, o argumento dessa direita ideológica é de que a economia está com problemas em virtude do excesso de Estado e, como corolário, do “mar de corrupção no Estado”. O tema da corrupção é o terreno em que a direita historicamente se nutriu no Brasil, pois permite combater seus adversários no terreno moral, deixando de lado as contradições do padrão de acumulação do capital. E, neste quesito, os acontecimentos em curso no país sugerem que o PT e a base governista abriram um enorme flanco para a direita.

As notícias estampadas nas primeiras páginas dos jornais e nos telejornais sobre os casos de corrupção na Petrobras serviram de emolumento para vincular o PT à corrupção, tema que circulou intensamente nas redes sociais, inclusive por meio de “memes” patrocinados pelos apoiadores de Aécio Neves e pelos grupos da extrema direita. A questão da corrupção foi intensamente veiculada no segundo turno das eleições, mas, na ótica da direita, a partir de um prisma moralista, como se as gigantes empreiteiras – OAS, Camargo Correa, Engevix – que igualmente financiavam o candidato Aécio, não fossem o outro lado da moeda²⁵. Entretanto, como havia o precedente do “Mensalão”, em que os principais dirigentes do PT foram presos, entre os quais o então presidente do partido, José Genuíno e o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, o tema encontrou enorme ressonância entre os eleitores das classes médias e mesmo nos estratos mais pauperizados, ampliou o apoio popular ao candidato Aécio Neves e realimentou o campo político da direita.

A esquerda socialista está, por conseguinte, desafiada a fazer frente a um robusto Estado Maior do Capital que, como o processo eleitoral de 2014 demonstrou, foi interpelado pelos setores econômicos subjacentes afetados pela crise estrutural. Não houve propriamente rupturas e cisões graves, mas o embate Dilma versus Aécio explicitou divergências. Nessa zona de tensões, o espaço para a direita ideológica cresceu, assim como para a direita religiosa, liderada por igrejas pentecostais, que, estas sim, possuem capilaridade nos setores populares.

Existem dificuldades organizativas. Como construir um polo classista, a exemplo (em outro contexto) da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)? As dificuldades são de várias ordens. Existem perspectivas distintas em relação a conjuntura política mundial, latino-americana e brasileira. Existem divergências em relação à crítica ao chamado neodesenvolvimentismo que lastreia as corporações do setor de *commodities*. O significado das expropriações no século XXI não é igualmente considerado por todas as forças da esquerda socialista. Isso tem consequências sobre a análise de quem são os sujeitos que podem realizar as principais lutas anticapitalistas. Se as expropriações são relevantes, os trabalhadores do campo, povos indígenas, moradores das periferias são sujeitos destacados nas lutas.

A despeito dessas divergências a impetuosidade do ajuste fiscal exigirá espaços comuns de aprendizagem e de unidade de ação política. A experiência histórica sobre o lugar da direita nos momentos de grandes crises recomenda atenção ao tema. A esquerda tem de abarcar um elemento pedagógico para que a formação política dos setores que realizam luta social no Brasil de hoje possa ser mais ampla e massiva.

Embora a votação da esquerda tenha sido limitada, foi representativa em termos de setores sociais que se sentiram convocados para defender um projeto alternativo para os trabalhadores, não importa tanto que tal projeto seja diverso e polissêmico. O tempo conhecerá uma aceleração extraordinária e a esquerda socialista brasileira terá de incidir na conjuntura de modo organizado, consistente, coerente, caso contrário as forças irracionalistas da nova direita avançarão. As lições dos 150 anos da AIT podem estimular novas formas de convergência que potencializem a unidade de ação das organizações da classe trabalhadora em uma perspectiva nacional e internacionalista!

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2014

⁺ Texto elaborado originalmente para publicação na Universidad Central del Ecuador, modificado e atualizado para o blog Marxismo 21.

^{*} Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e de seu Programa de Pós-Graduação. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq. Cientista do Nosso Estado-FAPERJ. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes/ENFF.

¹ Intelectuais e ativistas criticam Dilma por Kátia e Levy

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/intelectuais-e-ativistas-criticam-dilma-por-katia-e-levy/>

² Intelectuais e ativistas criticam Dilma por Kátia e Levy

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/intelectuais-e-ativistas-criticam-dilma-por-katia-e-levy/>

³ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Ver <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia>

⁴ FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

⁵ POULANTZAS, N. O Estado, o poder e nós. In: BALIBAR, E.; POULANTZAS, N. et al. **O Estado em Discussão**. Lisboa: Edições 70, 1981.

⁶ *The Economist*, 18 Out. 14, Brazil's presidential election. Why Brazil needs change
<http://www.economist.com/news/leaders/21625780-voters-should-ditch-dilma-rousseff-and-elect-cio-neves-why-brazil-needs-change?zid=305&ah=417bd5664dc76da5d98af4f7a640fd8a>

⁷ A série histórica deste indicador está disponível em:

http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias_concordatas.htm

⁸ Lucro dos bancos privados brasileiros cresce 27% em 2014. Ver

<http://www.brasildefato.com.br/audio/lucro-dos-bancos-privados-brasileiros-cresce-27-em-2014>

⁹ MARTA WATANABE - Indústria Tem Déficit de US\$ 49,2 Bi, **Valor Econômico** - 14/11/2014

http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2014/iedi_na_imprensa_20141114_industria_tem_deficit_de_us_49_2_bi.html

¹⁰ GUILHERME BARROS - Indústria tem a menor ociosidade desde 95 **Folha de São Paulo**, Editor do Painel S.A. http://www.sinap.org.br/canais/temp_trabalho.php?id=280

¹¹ <http://economia.ig.com.br/empresas/industria/2014-02-10/nao-ha-crescimento-vigoroso-sem-industria-diz-paulo-francini.html>

¹² ELEIÇÕES: Bradesco saúda reeleição e destaca discurso pacificador de Dilma, São Paulo, 27 de outubro de 2014 - O Bradesco saudou, em nota assinada pelo presidente do banco, Luiz Carlos Trabuco, a reeleição da presidente da República, Dilma Rousseff, e destacou o seu discurso de vitória em que ela sinalizou "diálogo, união e reformas". Diversas matérias jornalísticas anunciaram que Dilma convidou Trabuco para o Banco Central mas que o dirigente não aceitou. <http://www3.eliteccvm.com.br/novo/eleicoes-bradesco-sauda-reeleicao-e-destaca-discurso-pacificador-de-dilma-news-13887.html>. Afinal, diante da recusa de Trabuco, um de seus auxiliares foi nomeado para o cargo: Joaquim Levy.

¹³ Ver notícia: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1519452-maior-doador-de-campanhas-concentra-repasses-a-governistas.shtml>

¹⁴ A planilha do TSE com os recursos repassados no segundo turno ainda não estão disponíveis, 17/11/14.

¹⁵ . COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

¹⁶ Nova equipe econômica defende rigor fiscal e anuncia meta mais factível para 2015, disponível em <http://americaeconomibrasil.com.br/economia-e-mercados/financas/nova-equipe-economica-defende-rigor-fiscal-e-anuncia-meta-mais-factivel>

¹⁷ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-10-empresas-que-mais-doaram-em-2014-ajudam-a-eleger-70-da-camara,1589802>

¹⁸ . Ver notícia: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548789-diante-de-pedido-de-acao-militar-lobao-abandona-ato-anti-dilma.shtml>

¹⁹ LEHER, Roberto, Movimentos das classes dominantes e desafios da esquerda socialista, **BLOG MARXISMO21** – Dossiê esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira – Setembro de 2014, <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Roberto-Leher-dossie.pdf>

²⁰ Célia Perrone, Corrupção na Petrobras é 'maior escândalo da história do TCU', diz ministro. **Correio Brasiliense**, 12/11/14, disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/33,65,33,14/2014/11/12/interna_politica,457140/corruptao-na-petrobras-e-maior-escandalo-da-historia-do-tcu-diz-ministro.shtml.

²¹ Indicadores citados em Denise Neumann, PIB em queda ameaça corte em gastos sociais, **Valor Econômico**, 27/9/14, disponível em: <http://blogdosalto.wordpress.com/tag/valor-economico/>

²² Débora Zampier Gastos da Copa do Mundo sobem para R\$ 27,4 bilhões, segundo TCU, **Agência Brasil**, 9/6/2012, disponível em <http://economia.ig.com.br/empresas/infraestrutura/2012-06-09/gastos-da-copa-do-mundo-sobem-para-r-274-bilhoes-segundo-tcu.html>

²³ Oitavo Anuário de Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ver notícia em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1545847-em-5-anos-policia-brasileira-matou-em-media-6-pessoas-por-dia-diz-estudo.shtml>

²⁴ Palavra que denota a falsificação de documentos para tornar-se proprietário por direito de terras devolutas ou de terceiros, em geral de camponeses que ocupam terras há muitos anos, por várias gerações. Em geral, o grileiro é um latifundiário e conta com a conivência de cartórios e de setores do judiciário.

²⁵ . Lava Jato: PF prende outro diretor da Petrobras e executivos de empreiteiras. Renato Duque, ex-diretor de Serviços da estatal, e executivos das gigantes Mendes Júnior, Engevix e Iesa Óleo e Gás foram presos nesta sexta-feira, **Carta Capital**, 14/11/14, disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-pf-prende-diretor-da-petrobras-e-executivos-de-empresas-8723.html>. Entre outros, foram presos também empresários como José

Aldemário Pinheiro Filho, presidente da OAS, e Dalton dos Santos Avancini, diretor-presidente da Camargo Corrêa, eram alvo também Renato de Souza Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras. Ver também: Fabio Serapião, com José Antonio Lima - Lava Jato: saiba quem são os alvos da PF, **Carta Capital**, 14/11/14, disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-saiba-quem-sao-os-alvos-da-pf-2834.html>